

O TURISMO RURAL AGROECOLÓGICO: UMA PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS REGIÕES DO VALE DO RIO DOS SINOS E VALE DO PARANHANA E ENCOSTA DA SERRA.

BALDASSO, Nelson Antônio¹
CALCANHOTTO, Flávio Abreu²
ANNONI, Ana³

RESUMO: o estudo tem como objetivo diagnosticar os potenciais de desenvolvimento rural, baseando-se nos princípios da agroecologia. A proposta consiste em identificar quais são as ações exequíveis em nível de município que podem assumir um caráter de desenvolvimento, tomando como ponto de partida um amplo debate participativo, cujo enfoque recai sobre o diagnóstico e análise dos potenciais e limitações existentes nas comunidades locais. Diante deste cenário buscou-se constituir alternativas validadas pelos atores sociais da comunidade, e em extensão do município e da região, que contemplassem a preservação do agroecossistema como um todo. Os resultados obtidos permitiram evidenciar estratégias de ação tanto em nível municipal como regional para Vale do Rio dos Sinos, Vale do Paranhana e Encosta da Serra do Rio Grande do Sul, tradicionalmente, municípios que apresentam a centralidade sócio-econômica, no meio rural, voltada para a agropecuária, e no meio urbano, para a indústria coureiro-calçadista.

Palavras chaves: turismo, desenvolvimento, sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta experiências metodológicas e de aprofundamento conceitual da noção de *agroecologia*⁴ e *a construção do desenvolvimento sustentável*⁵, com

¹ Engenheiro Agrônomo e Mestre em Economia Rural da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS. Rua Botafogo, 1051, Porto Alegre/RS, 90150-053. E-mail: emrolant@emater.tche.br

² Engenheiro Agrônomo e Mestre em Economia Rural da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS. Rua Botafogo, 1051, Porto Alegre/RS, 90150-053. E-mail: flavioc@emater.tche.br

³ Extensionista de Bem-Estar Social da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS. Rua Botafogo, 1051, Porto Alegre/RS, 90150-053.

⁴ De acordo com ALTIERI (1998), a agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para compreensão mais aprofundada tanto da natureza como dos agroecossistemas, como dos princípios segundo os quais funcionam. Trata-se de nova abordagem que integra os

base em estudos de casos realizados em municípios do Rio Grande do Sul, localizados nas regiões do Vale do Rio dos Sinos e Vale do Paranhana e Encosta da Serra.

O artigo se propõe a tentar responder aos anseios de alternativas de desenvolvimento que se sustentem temporalmente, em particular, como objeto deste estudo, o turismo rural, no âmbito dos municípios (local) e avaliando o impacto desta atividade regionalmente. O processo de diagnóstico e análise contextual contou com a colaboração e a participação direta das comunidades rurais, da EMATER/RS⁶ e das parcerias⁷.

2 ANTECEDENTES

O trabalho com a agricultura, ou com o mundo rural atualmente, tem requerido esforços crescentes e continuados na qualificação das pessoas, tendo em vista que, apesar das contribuições que o modelo produtivista tenha oferecido, intensamente observado com a Revolução Verde, ainda assim os seus efeitos colaterais de concentração de riqueza, de urbanização e industrialização desenfreada, de exclusão social e exaustão do patrimônio natural entre outros, tem merecido uma reflexão.

De acordo com CAPORAL E COSTABEBER (2000), a partir da década de 1970, as estratégias convencionais de desenvolvimento já começavam a se mostrar insuficientes para dar conta das crescentes condições de desigualdades e de exclusão social, que apesar do crescimento do PIB, as análises dos resultados passavam a indicar que tais estratégias estavam ocasionando graves danos ao meio ambiente, o que fez surgir novas orientações teóricas que se contrapusessem aos impactos negativos causados pelo modelo até então adotado.

A inexistência de um modelo alternativo pronto, acabado, que se contraponha a esta realidade, faz com que os organismos não estejam aptos a responder muitos questionamentos.

princípios agronômicos, ecológicos e sócio-econômicos. Utiliza-se do agroecossistema como unidade do estudo, ultrapassando a visão unidimensional – da genética, da agronomia, da edafologia, etc. -, incluindo uma visão mais abrangente, que considera indispensável as dimensões ecológicas, sociais e culturais.

⁵ O conceito de desenvolvimento sustentável consiste essencialmente em potencializar aqueles esquemas de desenvolvimento que têm como objetivo a *satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer suas próprias necessidades*, e não o crescimento econômico indiscriminado da região implicada, seja uma área rural, um município, um país ou o conjunto da biosfera (GUZMÁN, 1998).

⁶ Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Rio Grande do Sul. Atua como agente facilitador do processo de desenvolvimento rural sustentável. A implementação da proposta é feita em nível Regional pela equipe de técnicos do Escritório Regional de Porto Alegre, e no nível municipal, pelas Equipes de técnicos dos municípios de Rolante e Dois Irmãos.

⁷ As parcerias variam de acordo com a inserção dos municípios na região e no estado. Dentre as principais parcerias que colaboram no processo de desenvolvimento rural sustentável, estão os beneficiários diretos que representam as Comunidades Rurais, a Prefeitura Municipal e respectivas Secretarias Municipais, os Sindicatos, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, ONGs e mais recentemente, com as Universidades.

A busca de uma maior compreensão e entendimento da realidade rural contemporânea, que desvenda novos caminhos, tem sido o foco de pesquisas e debates. A capacidade institucional para promover ações no meio rural, de forma sustentável é ainda débil, tendo em vista que muitas tecnologias disponíveis não têm conseguido satisfazer a pressupostos de sustentabilidade na sua plenitude, ao ponto de não se constituir em uma representatividade capaz de criar argumentos a serem seguidos, como havia no final da década de 1950 até os anos 80 (KAIMOWITZ, 1998).

Pensar e trabalhar com estes desafios, constitui-se num dilema, que tem gerado profundos debates acerca do tema urbano versus rural. Particularmente, quando as respostas produzem argumentos insuficientes para dar conta de problemas estruturais como o da ocupação da mão-de-obra, da geração de renda, de infra-estrutura social básica (moradia, saneamento, luz, água, etc.). A falta de respostas traduz-se num desequilíbrio populacional que culmina com as migrações em direção às periferias dos centros urbanos, provocando uma forte pressão urbanizadora (às vezes, ilegal e clandestina devido a falta de acompanhamento do Poder Público). O modelo de desenvolvimento mais uma vez não tem as respostas frente ao desequilíbrio que promove, isto porque as suas concepções lineares e simplistas (cartesianas), baseiam-se sobretudo, em resolver apenas às interrogações que surgem quando o processo de acúmulo não se verifica.

Um exemplo que ilustra muito bem esta questão é apresentado por SCHNEIDER (1999), o qual menciona que as mudanças no ambiente social e econômico que ocorreram nas regiões que formam a Colônia Velha Alemã⁸ do Rio Grande do Sul, devem-se ao processo de industrialização difusa (provocada pelas indústrias coureiro-calçadistas que se instalaram na região), e promoveram transformações no modo de vida dos colonos e nas dimensões espaciais. Ao mesmo tempo em que as novas formas de trabalho criaram novos espaços (sociais e produtivos) no meio rural, alteraram também o seu ambiente sócio-econômico. Diante destas circunstâncias exacerba-se na região do estudo, a agricultura de tempo parcial, transformando não apenas os processos produtivos agrícolas, mas também a paisagem rural. Conforme SCHNEIDER (1999), há visíveis sinais de recrudescimento do processo de crescimento econômico nos pequenos povoados aglomerados das linhas e picadas que formam o cenário não-agrícola das regiões da Encosta da Serra, Vale do Rio Caí, e do Rio Taquari no

⁸ Municípios que conformam as regiões do Vale dos Rio dos Sinos, Paranhana, Caí, Taquari e da Encosta da Serra

Rio Grande do Sul, fazendo surgir com vigor a pluriatividade e empregos não-agrícolas junto à população do meio rural.

O disciplinamento deste crescimento e da ocupação do espaço, se dá através de Planos Diretores invisíveis ou absenteístas, dando margem às concepções e argumentos simplistas, que exigem do rural o retorno econômico aos investimentos e gastos com serviços prestados pelos executivos municipais.

As secretarias das fazendas municipais, não raramente, tem subjugado as demais congêneres com argumentos, tais como: 1) insignificante contribuição do agrícola no retorno do ICMS; 2) não geração de impostos prediais e territoriais; 3) baixa densidade da população rural, em muitos casos não alcançando 3% da população total do município, mesmo contando produtores e moradores, o que encarece os projetos; 4) questões sociais/ambientais não mensuráveis na ótica contábil; 5) o meio rural, em última análise, representa a necessidade constante de infra-estrutura e serviços por parte do poder público local, o que implica num alto custo diante dos insignificantes retornos que porventura possam proporcionar para os municípios.

Esta mesma cultura incorpora e adapta os princípios dos programas de qualidade total, no que diz respeito a indicadores de eficiência, onde a relação custo *versus* benefício financeiro se apresenta como o mais visível e de fácil mensuração.

A responsabilidade fiscal é o “neo-argumento ético-financeiro” que possibilita restringir os gastos públicos em áreas privadas, mesmo que nestas áreas sejam encontradas recursos naturais inestimáveis como nascentes, reservas naturais etc.

Neste aspecto das contas públicas, também tem sido árdua a tarefa do gueto rural chamar a atenção do mundo urbano para a necessidade de maior equilíbrio nos investimentos, pois as assembléias orçamentárias constituem-se naturalmente tendenciosas às necessidades urbanas, por uma simples questão numérica (votantes).

O mesmo vale para outro aspecto relevante desta desproporcionalidade, que consiste na forma arrogante e mecanicista com que os órgãos fiscalizadores tentam controlar ou disciplinar, como por exemplo, são os casos das roçadas e extrações de madeiras, o uso das águas, a circulação de produtos e mercadorias, etc.

As constatações fáticas do mundo rural contemporâneo explicitam o sobreforço e a necessidade constante de capacitação no sentido de implantar fóruns de debate e trabalho mais

amplos, que discutam novas concepções para o modelo existente, criem alternativas para processos obsoletos e descubram as alternativas disponíveis, mas sem aproveitamento na atual conjuntura (CALCANHOTTO, 2001). Fóruns que não se restrinjam ao município e se extravasem para o entorno na região, envolvendo segmentos sociais afins e correlatos num debate que é do além-fronteiras do rural, tendo reflexos indiscutíveis no meio urbano..

No bojo deste debate a noção de multifuncionalidade tem contribuído decisivamente ao produzir e evidenciar o variado leque de estratégias de sobrevivência e reprodução dos atores sociais existentes no meio rural do RS, sejam eles identificado com a agricultura familiar, patronal ou com os latifúndios. No caso específico da agricultura familiar, observa-se que poucas famílias tem chances de se habilitar junto aos programas e projetos institucionais, principalmente quando a atividade explorada, refere-se a uma atividade que não é entendida como sendo *apropriável* pelo público que a coloca em prática. Este é o caso do turismo no meio rural, desenvolvido nas comunidades identificadas com a agricultura familiar. A justificativa construída baseia-se na forma com que os agricultores familiares colocam em prática a sua concepção de turismo ao longo dos anos, mais afeita à informalidade. Esta praxe, por sua vez, foge ao modelo convencional e pré-concebido de *fazer turismo*. Isto porque a implementação de ações baseia-se nas potencialidades disponíveis e prontamente apropriáveis nas comunidades rurais, que se alicerçam numa rede mais ou menos extensa de parentes, vizinhos e curiosos. Pois, é justamente pelo caráter bucólico e simples do dia a dia dos agricultores familiares que acabam atraindo visitantes, interessados em atividades de lazer pouco convencionais, como a pesca no açude, o banho no rio e o acampamento próximo à cascata entre outras modalidades. Esta forma peculiar de turismo inserem os agricultores num processo que merece um aprofundamento.

Diferentemente desta lógica, os projetos institucionais normalmente tem um objetivo mais imediato, visando identificar os chamados *empreendedores*, e a partir daí, estrutura-se uma rota, evento mercadológico ou mesmo um pacote. Este tipo de proposta, na maioria das vezes, fica circunscrito a interlocutores institucionais como as secretarias de turismo, agenciadores de turismo e consultores externos. O produto do turismo nesta circunstância, nasce sem um compromisso que envolva de forma ampla a realidade local. O produto turístico é subjacente e não estabelece vínculos com as experiências e os atores locais, não raro, descolada da complexidade do agroecossistema.

A questão do turismo como uma atividade segmentada, sem comprometimento com as relações da interação do homem com a natureza é central. O processo de desenvolvimento do turismo em “faixa própria”, desconectado da realidade, puramente usurpador da fatia da atividade que permite o lucro, não é auto-sustentável. Porque o sujeito da ação são as pessoas, o ambiente e as relações que estes guardam entre si, tornando-se impossível desconsiderar questões estruturais que garantem a continuidade do processo como a saúde básica da população (prevenção, saneamento, etc.) e não somente do turista; da educação (não somente dos guias); da produção agrícola local (e não somente de um ou outro produto voltado para mercado turístico). A negação do entorno do turismo corre o risco de não ser implementada, ou se implementada, abre-se o caminho para uma fragilidade nas relações envolvendo: atividade produtividade/beneficiários da atividade/ sustentação da proposta no longo prazo/preservação ambiental, etc.

Para tanto, torna-se indispensável fortalecer e ampliar os estudos sobre as inúmeras iniciativas já existentes, ancorando a expectativa de ampliação de "fluxos" de entradas e saídas do agroecossistema, pautado pela capacidade local e regional de produzir (produtos e serviços), sem desestabilizar (totalmente) as suas inter e intra-relações.

A noção de prazo e a ânsia por novidade são aspectos culturais difíceis de dimensionar e conter, e acabam promovendo iniciativas que não adquirem continuidade ou que se tornam inviáveis, seja pela precipitação com que se sucedem, ou em determinados casos, pela sua efemeridade.

3 OBJETIVO GERAL

O objetivo central do trabalho consistiu na elaboração de uma metodologia participativa que oportunizasse a concentração de esforços e recursos para a formulação de uma proposta de turismo, que potencialize o desenvolvimento sustentável local (em nível dos municípios) e regional.

3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Priorizar a participação efetiva da agricultura familiar nas suas comunidades;

- Compatibilizar o desenvolvimento de atividades que respeitem os limites e as características naturais do agroecossistema em questão;
- Debater a noção, aparentemente predominante, de turismo como "local e/ou momento de atração especial", onde um grupo seletivo de empreendedores viabilizam, ou consolidam, seus negócios através de uma nova atividade;
- Reconstruir com a comunidade o conceito de *turismo*, dando uma "nova" dimensão ao uso e função do espaço rural, resignificando a concepção tradicional do meio rural como reserva patrimonial e área de produção agropecuária e extrativismo.

4 METODOLOGIA

A estruturação do processo iniciou com um diagnóstico participativo municipal, pautado numa proposta de trabalho elaborada pela EMATER/RS. O preceito metodológico baseou-se na construção de uma estratégia de ação direcionada para o desenvolvimento rural sustentável alicerçado nos princípios da agroecologia, que se configurasse como um processo pedagógico e, fundamentalmente, participativo, de modo a proporcionar o fortalecimento da agricultura familiar gaúcha e suas organizações.

As ações desenvolvidas utilizaram ferramentas metodológicas participativas, implementadas através do processo denominado de Diagnóstico Rural (Rápido) Participativo (DRP), estruturado em três momentos. O primeiro consistiu em realizar a leitura da paisagem do agroecossistema local, através de visitação e observação em todo o município. A proposta constituía-se em diferenciar *in loco*, as principais características sociais, econômicas e ambientais da realidade municipal, de modo a salientar as diferenças e as semelhanças existentes no município, identificando e caracterizando no mapa do município as regiões homogêneas (RIBEIRO e BALDASSO, 1998; INCRA/FAO, 1999).

O segundo momento foi o da elaboração da evolução agrária do município, realizado por meio de entrevistas a agricultores(as) e pessoas estratégicas que relataram momentos históricos, particularmente relacionados com as crises e rupturas que foram se sucedendo até a situação atual. A evolução agrária contou ainda com uma pesquisa documental nos registros

do acervo histórico do município. No *itinerário de desenvolvimento* do município, descreve-se as principais fases, ou períodos, evidenciando-se as causas (condicionantes) e conseqüências.

O terceiro momento se caracterizou pelo levantamento dos principais objetivos da comunidade, ou grupos, e frente a estes, uma análise dos potenciais locais e necessidades. Através de reuniões, utilizando métodos que oportunizassem a participação majoritária dos atores sociais, definiu-se as prioridades e os passos a serem dados: o que fazer; quando estas ações deveriam ser realizadas; quais os responsáveis e os recursos disponíveis e à buscar.

De posse das informações, legitimadas pelas comunidades locais, elaborou-se uma discussão com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural⁹ (CMDR), cujo encaminhamento originou um planejamento estratégico, descrito na forma de um plano plurianual, Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR). O PMDR é composto pelo elenco das ações que deverão ser realizadas durante o período de quatro anos. A instrumentalização das ações estratégicas na prática, ocorre em períodos anuais, com base num Plano Operativo (PO).

5 RESULTADOS

A proposta metodológica teve como pressuposto prioritário, o uso de ferramentas participativas que pudessem ser apropriadas pelos atores sociais existentes nas comunidades rurais, suas entidades representativas e as instituições que atuam no campo das mediações existentes no espaço rural. E a partir daí, estabelecer ações (ou propostas) de desenvolvimento rural.

A estratégia de ação possibilitou esclarecer qual deveria ser a proposta de turismo, através da qual o grupo envolvido na animação do processo, estabelecesse alguns princípios e diretrizes básicas. Dentre os princípios, mereceu destaque o reconhecimento e o respeito aos movimentos e fluxos migratórios (tradicionais ou recentes), bem como aos laços e relações sociais, os quais dão sustentação e sentido às transações comerciais.

A autonomia e autogestão do projeto, é outro aspecto que foi abordado. Para tanto foi focado com os atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento do turismo, a compreensão do itinerário de desenvolvimento das comunidades, o processo de acumulação,

⁹ Representação dos atores sociais, do poder público, entidades representativas e instituições identificadas com o espaço rural.

os momentos de crise, suas causas, conseqüências e as formas de superação. A importância deste (re)conhecimento por parte dos sujeitos do processo contribuiu para estabelecer parâmetros que iriam regular o que é novidade no processo. Estes parâmetros estabeleceram um balizamento do que já era de domínio das comunidades (como forma de ampliar a participação de um público habitualmente desprestigiado e que tem parcela de contribuição na cadeia turística) e o que deveria ainda ser providenciado pela comunidade e demais parcerias.

A partir destes princípios e balizamentos, as estratégias vincularam-se basicamente aos seguintes pontos:

Municipalização/Microrregionalização

Pensar o espaço local exige uma tomada a decisão e forte consciência de que a *municipalização* envolve o Executivo Municipal, o Legislativo, as instituições representativas, e fundamentalmente a participação direta das famílias moradoras das comunidades rurais (homem, mulher, jovens).

Uma estratégia geral para nortear o processo ocorreu através da participação do Conselho (CMDR), com representação predominante das famílias rurais, produtores e moradores, fórum validador dos debates acerca das questões legais, de mobilização, de constituição de parcerias, de elaboração de planos, de identificação e busca de recursos.

Plano de Desenvolvimento

O primeiro grande desafio do CMDR foi motivar as comunidades locais e instituições parceiras em relação ao futuro da proposta de turismo para o município com desdobramentos para região. Neste sentido foram feitas incursões pelos limites dos municípios em busca patrimônios naturais que pudessem ser explorados racionalmente, e verificar com os agentes envolvidos no processo quais eram os recursos ambientais e as tradições culturais que poderiam ser explorados.

Neste intuito, a primeira proposta de mobilização consistiu na reunião do CMDR, através do qual os municípios foram mobilizados a elaborar um diagnóstico que apresentasse

as características ambientais, econômicas e sociais, identificando assim, aonde estão os diferentes sistemas de produção locais, e em que atividade estão baseados, bem como as inter-relações as quais as diferentes ações se encadeiam.

O diagnóstico possibilitou vislumbrar cenários, através do quais pode-se observar como as pessoas viviam, quais eram as suas interrelações sócio-econômicas e, a partir daí quais eram as tendências e as perspectivas de desenvolvimento das ações. O cenário apontou a vocação do município, identificando as peculiaridades locais tais como: o conjunto de atividades agropecuárias que são desenvolvidas; a diversificação das atividades produtivas; a tradição nos processamentos caseiros e agroindustriais; as diversas habilidades da mão-de-obra (mesmo que as vezes pouco qualificada em alguns segmentos); os contrastes ambientais (topografia, tipos de solos, mananciais hídricos disponíveis, tipo de vegetação predominantes, entre outras informações e suas inserções em áreas especiais, tais como a Mata Atlântica).

Participação e Parcerias

O envolvimento e a participação progressiva da população rural através de suas associações e do Conselho (congregando as demais parcerias), possibilitou a construção de uma visão de futuro (uma identidade), assim enunciada, no caso de Rolante, um dos municípios envolvidos: "...manter e ampliar a pluriatividade, em consonância com indústrias adaptadas (não conflitantes), de modo a potencializar o aproveitamento turístico, valorizando a cultura, as relações sociais e o ambiente natural".

A partir daí tratou-se de estabelecer as principais estratégias e linhas de ação e os projetos específicos. Estes projetos específicos permeiam as relações sistêmicas, as quais envolvem questões de diversas áreas como a orçamentária, de legislações e estruturais como a Saúde, a Educação e o Meio Ambiente entre outras, passando-se então, a estimular a constituição de Conselhos nestas áreas. A partir desta estratégia amplia-se a participação de outras esferas de atuação no município no processo de desenvolvimento turístico, através da autonomia delegada aos Conselhos para definirem os seus planos e aplicações de recursos.

A construção do Plano de Desenvolvimento exigiu diversos encontros e debates envolvendo as diversas Secretarias Municipais e Conselhos, na busca das convergências e elaboração de projetos comuns. Além das reuniões dos Conselhos, no transcorrer do

programa, tornou-se necessário promover debates mais amplos, abertos à participação de todos envolvidos, a fim de promover avaliações, correção de rumos e estabelecer novas metas e compromissos. Assim vem acontecendo com os "Encontros da Agroindústria Familiar", Assembléias Comunitárias etc.

Restrições orçamentárias e legais

O estrangulamento do orçamento, grandemente comprometido com uma série de demandas sociais e infra-estruturais reprimidas, limitavam a implementação do Plano e levaram à busca de identificação de fontes externas de recursos e à elaboração de projetos direcionados a estas fontes.

As diferentes exigências políticas e burocráticas de cada recurso/fonte, exige um esforço muito grande por parte dos executores, no sentido de buscar a compatibilização das ações e a não sobreposição de beneficiários, a fim de evitar desperdícios, ou que o Plano se configure como uma "quebra-cabeças".

Incluir nos projetos a implementação do empregos rurais não-agrícola, exige também a adequação do sistema de licitação (sem o descumprimento das leis):

- isentando de determinados registros ou cadastros;
- flexibilizando os critérios, como no caso de fornecedores de alimentos;

Normatizações mais específicas, ajustadas às características e condições locais também são necessárias, como por exemplo:

- a descentralização dos serviços, tais como: atendimentos preventivos, através de Agentes de Saúde, manutenção das estradas, através das Zeladorias;
- a constituição do serviço de Inspeção Municipal (para as agroindústrias)

Núcleos de Apoio Estratégico e Assessoramento

Outra estratégia fundamental para a concretização das iniciativas foi a constituição de núcleos de apoio à constituição e legalização dos empreendimentos.

Este núcleo deve representar porta aberta, próxima do público, de assessoramento, competente, àqueles que necessitem constituir suas empresas, sejam elas individuais,

familiares, cooperativadas etc, também para o cumprimento das exigências sanitárias e fiscais nas agroindústrias. No caso das agroindústrias, este núcleo é composto pelo órgão de assistência técnica – EMATER/RS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Prefeitura Municipal através de suas Secretarias da Fazenda, Agricultura, Saúde e Meio Ambiente, mantendo vinculações com outros organismos e esferas (regional, estadual...)

Capacitação

A capacitação é encarada como um processo contínuo de formação. Ou seja, está pensada como passos progressivos e acontece não somente através de momentos formais, mas durante o próprio desenrolar das ações: reuniões, assembléias, visitas etc.

Este procedimento exige o melhor preparo dos extensionistas e demais executores, nos aspectos de moderação de reuniões, relações humanas, mobilização, técnicas de comunicação entre tantas outras.

Existem processos emblemáticos, como o caso da recuperação das margens dos rios, que exige uma "reconversão de valores, na medida em que o proprietário ocupante das margens, muda o seu papel de destruidor para protetor do meio ambiente. Não se trata simplesmente de uma troca de favores ou benefícios entre os interesses públicos e privados.

Cada projeto deve prever momentos de capacitação formal em Turismo Rural Sustentável (PLANFOR, 2000).

O conteúdo foi estruturado em quatro módulos:

- I) Contextualização
- II) Estudo do Meio
- III) Construção do Projeto
- IV) Estratégia de Implementação

Inúmeras outras capacitações foram realizadas buscando atingir todo o público participante dos projetos, nos aspectos técnicos da atividade, como também no gerenciamento, organização, mercado, através de recursos previstos no projeto ou em outros programas e instituições.

Os momentos determinantes, de busca de recursos, apoios, tomada de decisões, conta com a participação dos próprios envolvidos, cabendo ao grupo de apoio o papel de assessor. Busca-se através deste procedimento estar permanentemente um "olhar externo", que compromete distintos atores sociais:

- famílias e grupos de localidades vizinhas ou outras regiões, que estejam no mesmo ramo, ou empreendimento;
- legisladores e instituições/órgãos habilitadores, certificadores;
- instituições de ensino e pesquisa;
- público em geral.

Este olhar externo, acontece em forma de visitas programadas e monitoradas. Além de capacitação e estímulo, serve também como uma espécie de laboratório, aproximando os atores e aumentando o comprometimento e propiciando uma reavaliação de conceitos, uma maior facilidade nos encaminhamentos, com conseqüente diminuição de custos e viabilização do negócio.

Os produtores e moradores rurais envolvidos nos programas, caracterizam-se em sua grande maioria como pequenas unidades familiares.

O leque de oportunidades contempla desde segmentos mais consolidados, do ponto de vista da posse, qualidade dos meios de produção e regularidade da renda, até famílias de condição mais humilde e posses reduzidas.

Em todas as situações observa-se uma significativa melhoria das condições sociais de habitação, educação, saúde, lazer.

Nas atividades de cunho mais econômico/produtivo, apesar das dificuldades existentes, constata-se uma aumento no ânimo e disposição para o trabalho. Os encontros, outrora dominados pelas incertezas e queixas, atualmente acontecem com o interesse voltado para a evolução dos negócios, para as melhorias alcançadas nas técnicas e nos processos e para os planos de novos investimentos.

Pode-se concluir que os projetos exemplificados neste artigo, alicerçados no Plano Plurianual de Desenvolvimento Rural, além de oportunidades de "emprego", representam oportunidades de inclusão social, pelo despertar dos valores e potenciais.

Deve-se destacar também a consolidação da presença da mulher à frente de muitos empreendimentos, fato pouco observado nos anos imediatamente anteriores ao início deste

processo, o que nos indica o acerto das estratégias adotadas, a sensibilidade dos executores, associadas à grande coragem e iniciativa das próprias mulheres.

É significativa também a presença dos jovens, principalmente nas atividades diferenciadas, ou inovadoras: turismo, produção orgânica etc.

Embora não se tenha realizado um levantamento mais aprofundado e preciso dos impactos em termos de agregação de renda ao nível das unidades, o número de empregos consolidados, associado aos avanços verificados e apontados acima, nos dão indicação do atingimento dos objetivos do Plano e dos Projetos.

Acresce-se ainda o fato de que a população rural estabilizou-se, ou voltou a crescer, devido ao retorno de familiares que haviam migrado e de novos moradores que investem recursos próprios em novas atividades (reabertura de casas comerciais, produção de cogumelo, ervas medicinais etc).

6 CONCLUSÕES

Esta abordagem do tema **turismo** demonstra claramente que o rural agrícola e não-agrícola, pode assumir papéis distintos em termos de desenvolvimento rural.

- Inicialmente podemos considerar que um projeto de turismo rural, dificilmente alcançará resultados plenos e duradouros se for muito pontual.

O nível de carência de conhecimentos, recursos e infra-estruturas sociais e produtivas associado ao forte condicionamento dos mercados, encarecem os projetos específicos, ao ponto de inviabilizá-los.

É necessário, portanto, estabelecer a conexão com um programa ou plano de base mais amplo. Um plano de desenvolvimento local, que represente minimamente a vontade de fortalecer os potenciais ambientais, sócio-culturais e econômicos.

Uma vez alcançado este entendimento (plano) e respeitados os limites, os interessados surgirão, aderindo voluntariamente ao projeto, pela simples mobilização das capacidades locais.

- Cada projeto/programa obedece a critérios e burocracias específicas. Em alguns casos, este fato, por si só, representa um muro intransponível, que impede as comunidades e municípios, principalmente os mais carentes, de habilitarem-se.
Em decorrência, as soluções tendem a surgir a partir de mobilizações externas, as quais na maioria das vezes, viabilizam os projetos mas podem fazer perdurar as dependências.
- Nem sempre é dada a devida importância para a leitura histórica do problema a ser enfrentado com uma necessária conclusão à cerca do posicionamento e reposicionamento dos atores (processo de acumulação). Nos casos em que isto acontece, torna-se fatal no médio prazo que os recursos investidos voltem a concentrar-se nos mesmos atores locais, ou por atores de regiões vizinhas, que "atentos" à evolução do projeto, aguardam o momento oportuno "assaltar" ou expropriar através de novos mecanismos.
- As pessoas de uma comunidade, mantêm-se ocupadas, porém não permanentemente mobilizadas. Há necessidade de identificar e oportunizar os "tempos de maturação" das mudanças. Estes tempos, muitas vezes conflitam com os prazos de implantação dos programas e projetos, gerando atropelamentos e inconclusões do ponto de vista das apropriações por parte do público alvo.
- Os atores trocam constantemente, sejam eles das instituições ou representações sociais, o que tem o lado positivo de mobilizar novas pessoas, porém pode levar à descontinuidade e desvios. O risco aumenta quando o projeto fica "encasulado", sendo recomendável estabelecer um fio condutor ligado às mais variadas esferas e dimensões de acompanhamento, como por exemplo instituições de pesquisa, órgãos de comunicação, universidades etc.
- Os conflitos institucionais, ou entre funcionários de instituições voltadas para a execução de um mesmo projeto, além das observações do item anterior, exige humildade e esforço destes profissionais no sentido de repensar suas missões, papéis e formas de atuação. Brigas de "beleza", tem levado à atrasos e inviabilizações de projetos por saturação e

abandono, por parte do público alvo. As comissões ou grupos estratégicos, responsáveis pelo projeto devem encontrar mecanismos para sanar estes atritos, viabilizando agendas comuns.

- De forma semelhante, existem os conflitos de ordem político-partidária local, ou entre as instâncias municipal, estadual e federal, que em determinadas situações minam e inviabilizam os projetos. Cresce em importância o papel de articulação dos conselhos.

A conjuntura que cerca a dinâmica do espaço rural poderá, sob certas condições, exacerbar o viés pluriativo ou multifuncional da atividade. Isto implica dizer que a construção do espaço rural permite diferentes dinâmicas sociais, culturais, ambientais, econômicas e políticas que podem induzir a dominância da pluriatividade, enquanto aspecto secundário à agricultura, ou multifuncional, ampliando a abrangência e a importância da agricultura e suas formas de ser manifesta.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

BALDASSO, N. A.; RIBEIRO, C. M. (Coord.). **Diagnóstico dos Sistemas Agrários de Caçapava do Sul**. Porto Alegre: EMATER/RS, 1998. 127 p.

CALCANHOTTO, F. A. **Diagnóstico e Análise de Sistemas de Produção no Município de Guaíba/RS: uma abordagem agroeconômica**. 2001. 209 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – UFRGS, Porto Alegre.

CAPORAL, F.R. e COSTABEBER, J.A. Agroecologia e desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre: EMATER/RS. v.1, n. 1, p. 16-37, jan/mar, 2000.

EMATER. Rio Grande do Sul. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – 1997/2000**. Rolante: Escritório Municipal da EMATER/RS, 1997.

INCRA/FAO. *Guia Metodológico*. Diagnóstico de Sistemas de Produção, Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (UTF/BRA/05/BRA), Brasília, 1999. 58p.

KAIMOWITZ, D. O avanço da agricultura sustentável na América Latina. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.) **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectivas do desenvolvimento rural sustentável. Porto alegre: Ed.UFRGS/PGDR, 1998. P. 56-71 (Série Estudos Rurais).

PLANFLOR-QUALIFICAR/RS. **Turismo Rural**: relatório do curso realizado no período de 19/10 a 14/12/2000. Rolante: EMATER/RS, 2000. 60 p. (Qualificar/RS).

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.) **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectivas do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS/PGDR, 1998. p. 56-71 (Série Estudos Rurais).

SCHNEIDER, S. **A agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. 205 p.